

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,  
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2008:** \_\_\_\_\_

---Aos vinte e um dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e oito, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Emídio Real de Moraes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,  
António Maranhão Peixoto,  
Orlando Martins Capitão,  
Manuel Albino Penteado Neiva,  
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,  
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,  
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,  
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,  
Manuel Sérgio Miranda Zão,  
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,  
José Manuel Neiva da Cruz,  
António Veiga de Araújo,  
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,  
António Manuel Rossas Pereira,  
António Pilar Ferreira,  
António Luís Faria da Costa Ribeiro,  
José Luís da Silva Ribeiro;  
Anabela Viana da Cruz em substituição de António Viana da Cruz,  
Emílio Moreira dos Santos Dias,  
Manuel Fernando Lima Meira Torres,  
Mário Ferreira Fernandes,  
José Eduardo de Sousa Felgueiras,  
José Artur Saraiva Marinho,  
António Benjamim da Costa Pereira,  
António Martins Neves,  
José Augusto Azevedo Sousa,  
António Manuel Amorim dos Santos,  
José Maria Losa Esteves,  
Jorge Manuel Neto Filipe,  
Joaquim Carvalho Rosmaninho e  
António Carlos Vieira da Silva

---Sendo vinte horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta. -----

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: \_\_\_\_\_

Ana Margarida Ferreira Morgado, e;  
António Vendeiro Catarino,

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas.

#### **01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

Interveio António Pilar, que referiu que em Esposende, continua a ser lançado saneamento para o rio, pese embora as suas chamadas de atenção em 2006 e 2007.

Em seguida, falou sobre o problema dos passeios em algumas artérias da Cidade, nomeadamente nas ruas 15 de Agosto, Santa Maria dos Anjos e na Vasco da Gama, que se encontram com os passeios deteriorados e que as raízes das árvores estão chegar às paredes do Salão Paroquial, podendo provocar estragos nas paredes do mesmo.

Referiu-se ainda às pracetas interiores nas Ruas Eng.º Losa Faria e Santa Maria dos Anjos, que, quando chove é difícil lá passar e que a Câmara deveria tomar uma posição no sentido de resolver este assunto.

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, cuja intervenção vai a seguir ser transcrita:

*“Na revista Magazine de 03 de Fevereiro de 2008, li uma reportagem sobre o Fluviário existente no concelho Alentejano de Mora. Este concelho, situado no extremo norte do Distrito de Évora, confrontava-se, na passagem do tempo, com o problema da desertificação, do envelhecimento populacional e definhamento da actividade económica. Consciente desta paupérrima realidade e com o desiderato de lhe pôr termo, a autarquia, tendo presente as suas riquezas naturais, designadamente a sua proximidade da bacia hidrográfica do Tejo, ousou, de forma arrojada, construir um Fluviário, infra-estrutura de grande dimensão - o único de água doce da Europa, onde se preservam, entre muitas outras, espécies em extinção e algumas que já desapareceram dos seus habitats naturais. A construção deste Fluviário atraiu a Mora 183 mil visitantes, nos primeiros onze meses de funcionamento, num concelho com cerca de 5700 habitantes. A restauração, hotelaria, fornecedores de alimentos e o emprego aumentaram de forma substancial. Que belo exemplo de desenvolvimento integrado e*

*sustentável, este, o do Fluviário de Mora, que aqui refiro como exemplo demonstrativo da concretização de uma ambição inserida numa visão e estratégia de desenvolvimento.*

*Refiro ainda, a construção da maior central de painéis solares no concelho de Moura, opção de desenvolvimento impulsionada por tal Município. Mas para que não digam que trago só exemplos de autarquias geridas, maioritariamente, pelos comunistas, refiro, também, a construção do Centro Internacional de Estágio de Melgaço por onde passam centenas de atletas oriundos do nosso país e do estrangeiro. Menciono, ainda, grandes eventos que constituem imagens de marca de vários municípios:*

- O Museu do Pão em Seia,*
- A iniciativa literária “Correntes d’Escritas e o Festival de Música, organizados, anualmente, pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, atraindo, ao concelho vizinho, um número significativo de consagrados escritores e músicos, nacionais e estrangeiros,*
- A Feira Internacional de Artesanato e Gastronomia de Vila do Conde,*
- A Feira do Fumeiro de Montalegre e Vinhais que atraem centenas de milhar de visitantes,*
- O Festival do Chocolate de Óbidos.*

*A enumeração poderia ser maior, não fosse a condicionante do tempo para esta minha fala.*

*Ora, com estes exemplos não pretendo dizer que, no nosso concelho, nada se faz. Efectivamente, já estou cansado de o afirmar, por cá vão acontecendo eventos, mas não constituem, ainda, uma imagem de marca de Esposende. São eventos desgarrados, sem uma linha de continuidade. Não são aproveitadas as nossas infra-estruturas naturais, paisagísticas e ambientais. Por cá quiseram que Esposende figurasse na rota do turismo de qualidade e, portanto, arredio do turismo de massas. Para concretizar tal intenção abriram as portas à construção nas zonas verdes, com a desflorestação de zonas de pinhal e destruição de zonas dunares. Esta foi a triste opção que vingou em Esposende. A não ser a existência de uns guetos para endinheirados, cuja sazonal presença em Esposende não trás mais-valias ao concelho, o apregoado turismo de qualidade nunca existiu. Por outro lado, o turismo de massas, verdadeiramente fonte de riqueza, acabou por ser, praticamente, erradicado desta Terra encostada ao mar. Hoje, sentimos as negativas consequências de tais opções. Temos um concelho urbanisticamente desordenado.*

*A maioria que nos governa há vários anos não tem uma visão e estratégia de progresso para Esposende. Esta é, lamento dizê-lo, a nua e crua realidade.”*

O Deputado Manuel Carvoeiro, apresentou três propostas à Assembleia, a primeira sobre “Adopção, por parte da Assembleia Municipal, de medidas tendentes à construção da Barra na Foz do Rio Cávado”, uma sobre a “Constituição de Comissão de Avaliação e Acompanhamento do estado do Rio Cávado” e uma proposta para que a Comissão Permanente retomasse o trabalho relativamente ao pagamento de portagens na A28.

De seguida interveio Orlando Capitão, cuja intervenção vai ser de seguida transcrita:

*“Determina a Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto, que os municípios devem tornar acessíveis, na Internet, a todos os cidadãos, os planos municipais de ordenamento do território, procedendo à transcrição digital georreferenciada de todo o conteúdo documental por que são constituídos esses planos, disponibilizando-o no respectivo sítio electrónico.*

*Dispõe ainda que as plantas devem estar disponíveis à mesma escala e com as mesmas cores e símbolos dos documentos aprovados, para tornar o acesso simples e rápido e garantir o entendimento do significado das cores e símbolos utilizados*

*E acrescenta que os municípios com mais de 20.000 eleitores e menos de 100.000 devem cumprir essa obrigação num prazo que não exceda 18 meses, a contar da entrada em vigor dessa lei.*

*Estará a Câmara Municipal de Esposende a trabalhar para dar cumprimento a esta obrigação legal, dentro do prazo fixado na lei?*

*Esperamos que sim.*

*Com esta medida, a gestão urbanística do território municipal ficará escancarada aos olhos dos munícipes. Acedendo à Internet, todos ficarão a saber o que os planos de ordenamento prevêem para qualquer local do Município.*

*O conhecimento de todo o conteúdo desses documentos é de vital importância para quem possui terrenos na área da circunscrição municipal e para quem aqui pretenda investir. Os proprietários ficam com acesso a dados que lhes permitem avaliar correctamente os seus terrenos e os investidores não investem à sorte.*

*Embora o preço dos terrenos esteja sempre sujeito à lei da oferta e da procura, a especulação, neste domínio, sofre um rude golpe.*

*A gestão urbanística da Câmara Municipal, em execução de planos conhecidos por toda a gente, será de muito mais fácil compreensão e aceitação. Muitas críticas deixarão de ter razão de ser. Muita contestação será pura e simplesmente banida.*

*Críticas e contestação poderão existir, em momentos anteriores, por ocasião dos trabalhos de elaboração e aprovação dos planos de ordenamento. Aqui poderá existir conflito entre o interesse público e o interesse particular de cada um. Sabendo toda a gente que o interesse público prevalece sobre o particular, o particular subordinar-se-á, mais facilmente, ao público se este for pública e claramente definido.*

*“CASTELINHO” DA APÚLIA - Consta que a Câmara Municipal de Esposende terá comprado uma casa, tipo castelo, na Praia da Apúlia, e que esse prédio urbano estará incluído numa relação de construções que o INAG pretende ver demolidas.*

*Será esta informação total ou parcialmente verdadeira ou não passará de um boato?*

*Se a compra pela Câmara é verdadeira, pode o Senhor Presidente da Câmara dizer-nos se esse imóvel corre o risco de ser demolido e, se não corre, o que vai ser nele instalado?”*

Intervio seguidamente Albino Neiva, cuja intervenção vai ser transcrita:

*“Por diversas vezes temos subido a esta Tribuna para alertar e protestar contra as políticas deste Governo que tendem a esvaziar completamente os Municípios de serviços e bens úteis aos cidadãos.*

*Em devido tempo denunciámos e alertámos para a saída da sede de Esposende de diversos serviços e organismos que transtornaram e transtornam a vida de quem escolheu Esposende para viver. Fizemo-lo em relação à saída dos Serviços Marítimos, à saída da Sede do Parque Natural Litoral Norte, ao fecho da maternidade de Barcelos que servia Esposende sem que fosse apresentada alternativa capaz, à colocação de portagens na A28, sabendo que a N. 13 jamais poderá ser alternativa, ao fecho de Áreas da Justiça como o Crime e o Cível, à vontade*

*que o Governo tem em encerrar, agora, os serviços dos Centros de Saúde neste concelho ou pelo menos retirar-lhe as principais valências.*

*Tudo isto está a acontecer, debaixo do nosso atónito olhar, sem que tenhamos a qualquer capacidade de contrariar minimamente este triste desígnio. O Governo quer, o Governo executa - contra tudo e contra todos. Mesmo que mais tarde, hipocritamente venha chorar sobre o leite derramado.*

*Caros deputados, assistimos hoje a uma tal desorientação política, a uma tal desfaçatez governativa que, infelizmente, já não se pode acreditar em nada. Figuras como João Franco para não citar outras de perfil ditatorial até coravam com as tomadas de decisão deste (dês) Governo.*

*Há dias, num Canal de Televisão, O Sr. Primeiro-Ministro - querendo dar início às comemorações dos 3 anos de Governo, teve a coragem de dizer publicamente que tinha como modelo governativo - e assim justificava as suas Políticas de Reformistas, entre outros países os E.U.A. Assim ficamos a saber que o Eng.º Sócrates pretende na Educação seguir aquele exemplo das Escolas onde vale tudo - até disparar contra colegas e Professores, fazer do Professorado uma classe de alto risco e insegura. Optar pelo nivelamento dos conhecimentos dos alunos pela mediana e deixar para secundaríssimo plano aqueles que estudam, são aplicados, sabem ter uma correcta vivência na sociedade. O que interessa neste caso é combater a estatística do insucesso escolar - seja a que preço for, e assim pularmos para a frente dos países de maior grau de iletrados e analfabetos funcionais.*

*Também na saúde Pública quer seguir o mesmo exemplo. Mas de certeza que o Sr. Primeiro-Ministro sabe como funciona a saúde americana. Sabe quanto tem que despender o cidadão americano para ter acesso à saúde; Sabe quanto custa um seguro de saúde que é quase obrigatório; Sabe, certamente, que nem tudo são rosas no jardim do Sr. Jones. Nem tudo o que o Sr. Eng.º Sócrates vê entusiasmos no CSI Miami ou no Dr. House é realidade. Há que saber distinguir entre realidade e ficção e por isso é, estamos certos, aquilo que hoje Portugal mais se confunde.*

*Ultrapassando o tempo do corre-corre entre a Ota e Alcochete, do agora diz-se, do amanhã diz-se, das certezas que ora são certas ora incertas, chegamos ao momento de, e cito o Sr. Ministro da Justiça “deixar de querer governar dentro das antigas fronteiras de proximidade”. O que significará isto? Pretende o Sr. Ministro afastar-se ainda mais dos cidadãos? Tem medo de quê?*

*Anda o Governo numa lufa-lufa á procura de um novo Mapa Judiciário. Ouvem-se os “deuses do Olimpo”, os “iluminados”, os têm interesses instalados e esquece-se, mais uma vez, de descer até à base do poder democrático.*

*Pretende este Governo acabar com a desorganização que reina nos Tribunais e obstar à desadequada à realidade social e económica dos mesmo. Até estamos de acordo com esse princípio. Mas para combater esse flagelo, em vez de usar a política da exigência, do cumprimento do verdadeiro simplex, não, banem-se do mapa os tribunais, concentra-se a desorganização, afasta-se a justiça dos cidadãos, aumenta-se os custos dos processos, permite-se que os advogados aumentam aos honorários pois deslocações são maiores, permite-se que aos simples cidadãos se coloque uma questão: - terei recursos para recorrer aos tribunais em caso de necessidade? Estaremos, por acaso, numa outra realidade social e económica que não conheçamos?*

*Ouvimos o Sr. Ministro da Justiça (2006-06-28 - Intervenção do Ministro da Justiça na conferência Themis II: Território da Justiça, Um Mapa Judiciário para o século XXI, em Lisboa) oito ideias para que se proceda ao reajustamento do Mapa Judiciário. Disse: 1 - É bom que se suprimam comarcas para cortar com aquilo a que estamos habituados - visões passadas; 2 - Permitir um melhor acesso à justiça. Já não vivemos no mundo romanceado por Júlio Diniz. Vivemos, disse o Sr. Ministro, no mundo das Auto-Estradas, dos Automóveis, do Multibanco, da Internet - como está fora do País Real Sr. Ministro; 3 - Já não vivemos no tempo de Mouzinho da Silveira. Disse o Sr. Ministro que 54% das actuais comarcas têm um número médio de 1000 processos o que é pouco, muito pouco disse o governante. Dizemos nós, se calhar é por isso que a justiça anda célere e é tão eficaz e não tem casos polémicos, ironizamos nós. Se calhar 10000 processos seria bem melhor; 4 - Devemos reinventar o território para bem dos Homens e Mulheres. Vivam as NUT III a nossa nova residência do BI; 5 - Com esta reorganização teremos mais meios humanos e materiais e uma resposta mais qualificada. Até teremos um Sr. Juiz Presidente; 6 - Queremos deixar de governar dentro das antigas fronteiras de proximidade; 7 - Vamos libertar os tribunais de coisas que não precisam passar por eles - voltemos ao Juiz de Paz. Será que o Sr. Ministro se esqueceu que não queria voltar aos tempos de Mouzinho da Silveira? 8 - Uma reforma neste domínio não vive sem uma racional e uma visão ... algo que possa existir pela convicção à primeira, à vigésima e à centésima oposição.*

*Senhores Deputados, sem dúvida que com este texto Portugal bem merece um novo Nobel da literatura.*

*Para finalizar, convém referir que ainda há dois dias (18 de Fevereiro de 2008) o Sr. Secretário da Justiça andou País fora a corrigir que “Não vamos encerrar Tribunais só queremos agrupar serviços para funcionarem melhor”. Porquê tanta justificação. Porquê tanta desorientação do Governo nas tomadas de decisão? Porque razão continuam a dizer e a desdizer de seguida. Porque não ouvem a voz da Associação Nacional de Municípios Portugueses que em 12 de Fevereiro deu parecer negativo quanto a esta Reforma do Mapa Jurídico? Será que somente os Senhores do Governo são os detentores da verdade e do conhecimento? Porque razão o Governo não quer cumprir o que diz o Mapa II da nova Lei de Organização dos Tribunais Judiciais cuja aprovação é da competência da Assembleia da República e não do Sr. Ministro da Justiça ou do seu Governo?*

*Lanço novamente aqui um desafio aos colegas deputados, com especial destaque aos da bancada socialista, para estarmos atentos e não permitirmos que Esposende recue até ao último quartel do século XIX.*

*Foi grande a nossa luta pelo Julgado Municipal (foi criado por Decreto Lei de 16 de Dezembro de 1886, era Ministro Francisco António Veiga Beirão, tendo a Câmara de Esposende solicitado a sua criação com base nos termos do decreto de 29 de Julho de 1886) e pela Comarca Judicial (Em 27 de Outubro de 1898, com a criação da Comarca de Esposende, encerra-se mais uma página de ouro da sua história centenária e encerra-se, ao mesmo tempo, um grande período de luta panfletária que animou as gentes de Esposende e Barcelos).*

*Será que com o andar dos tempos vamos ter necessidade de levantar bem alto o nosso pergaminho da autonomia Municipal dada em 19 de Agosto de 1572?*

*A ver vamos.”*

De seguida interveio Pedro Saleiro, que, a propósito da intervenção do deputado Manuel

Carvoeiro, disse que o Partido Socialista considerava inoportunas as três propostas apresentadas pela CDU uma vez que, quer quanto à construção da barra na foz do Rio Cavado, quer quanto ao estado de conservação desse mesmo Rio, existem diligências em curso, promovidas por diversas entidades públicas, e também inúmeros estudos técnicos pelo que, na sua opinião, um intervenção da Assembleia Municipal, neste momento, não trará nada de novo, podendo mesmo prejudicar o seu ulterior desenvolvimento. Relativamente à proposta para que a Comissão Permanente da AM retomasse os seus trabalhos sobre a introdução de portagens na A28, afirmou que não via vantagem nessa proposta, atendendo a que existe uma comissão inter-assembleias municipais, a qual está a trabalhar com os mesmos objectivos.

Prosseguiu o mesmo deputado Pedro Saleiro que, aludindo à intervenção do deputado Albino Neiva, começou por afirmar que preferia um Ministro da Justiça que citasse Júlio Dinis e Mouzinho da Silveira, a outro qualquer político que se limite a citar Cunha Vaz. Ainda a esse propósito, chamou a atenção para a incompreensão que os partidos da oposição ao Governo manifestam relativamente à força e determinação com que este tem colocado em prática diversas reformas que, frisou, se encontram claramente explícitas no respectivo programa. No que diz respeito ao Mapa Judicial disse partilhar de algumas preocupações que vem sendo tornadas públicas e, a esse respeito, afirmou que os problemas, por vezes, se podem tornar em vantagens e que, se no Tribunal de Esposende ficar sediado um tribunal de competência especializada em Família e Menores, então poderemos aproveitar para reivindicar a instalação na sede do Concelho de outros serviços conexos, nomeadamente, dos Serviços de Apoio Social do Instituto de Solidariedade e Segurança Social e do Instituto de Reinserção Social, além de tentar cativar um dos inúmeros centros de Estudos de Direito da Família que, neste momento, se encontram dispersos pelo Norte do País.

Interveio seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal que prestou esclarecimentos sobre o Pacto da Justiça e ainda sobre as posições do Partido Socialista e o Partido Social Democrata relativamente ao Mapa Judicial.

Interveio seguidamente José Felgueiras, cuja intervenção vai ser transcrita:

*“Só venho aqui tentar esclarecer um ponto em relação à barra, que acho que é fulcral. Vem o Dr. Carvoeiro falar na defesa dos pescadores... da barra! Quem os defende? São aqueles que sempre e desinteressadamente, mesmo sem estarem em partidos políticos, porque não os havia, clamaram publicamente as suas necessidades, arrostando com ameaças de toda a ordem, que pela vossa cartilha davam direito a ser transformados em mártires da ditadura, ou em antifascistas de 1ª linha. Com a mesma coerência e dignidade, quem os defende hoje? São aqueles que entenderam o meu apelo feito aqui em Maio. Que têm trabalhado e que não estão parados. O Dr. sabe-o, e sabe quem são... isso incomoda-o... Que fez o Sr. ou a sua Coligação até agora pelos pescadores de Esposende? Requerimentos? Chamar nomes aos Governantes? O que conseguiram? Quem se tem interessado e continua, Dr. Carvoeiro, não anda com bandeiras nem com microfones, nem dísticos na testa..., posso-lhe garantir. No próprio dia das suas infundadas e torpes insinuações, alguém estava a ser recebido pelo mais alto representante do Governo, no Distrito. A trabalhar, em conjunto com outros, Dr.*

*Carvoeiro, e não a mandar bitaites sobre as verbas do PIDDAC e quejandos ... pretensamente para justificar o injustificável!  
Sejamos sérios, Dr. Carvoeiro!  
Chega de farisaísmo político!!!”*

Ainda no período de antes da ordem do dia foi apresentado e subscrito por todos os grupos parlamentares, um voto de pesar pelo falecimento da Mãe do Dr. António Garrido, Vereador da Câmara Municipal, um voto de pesar pelo falecimento do Pai do Sr. Manuel Fernando, Presidente da Junta de Belinho e um voto de pesar pelo falecimento do Pai do Dr. Rui Moutinho, Director de Departamento da Câmara Municipal. Votos de pesar que foram aprovados por unanimidade. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação as propostas do Deputado Manuel Carvoeiro.

Relativamente à proposta apresentada e que versava a adopção, por parte da Assembleia Municipal de medidas tendentes à construção da barra na Foz do Rio Cavado, foi a mesma rejeitada com trinta e três votos contra e um voto favorável do seu proponente.

Relativamente à proposta apresentada que versava sobre a constituição de uma Comissão de Avaliação e acompanhamento do estado do Rio Cavado foi a mesma rejeitada com vinte e nove votos contra, três abstenções dos deputados Orlando Capitão, António Pilar e José Artur Marinho, e dois votos favoráveis dos deputados Manuel Carvoeiro e Luis Bastos.

Quanto a estas duas propostas o grupo parlamentar do PSD apresentou a seguinte declaração de voto que a seguir se transcreve:

*“Sobre a barra, votamos contra porque julgamos que este assunto está a ser tratado ao mais alto nível nomeadamente entre o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e membros do Governo. Assim parece inoportuna qualquer acção que venha, se alguma forma, perturbar o bom andamento desta matéria.*

*Sobre a comissão para o Cávado, votamos contra porque somos contra a criação de uma comissão que vá produzir mais um texto e cuja eficácia será reduzidíssima. É demais conhecida a problemática do Cávado, da sua poluição, do seu problema de caudal. O que falta é, sem dúvida, a concretização de alguns projectos e não propriamente estudos de cariz político.”*

Relativamente à proposta apresentada e que versava sobre as portagens na A28, foi a mesma retirada por decisão do respectivo proponente.

Seguidamente foi colocada à votação proposta apresentada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal cujo objecto era a constituição de uma Comissão composta por um representante de cada agrupamento político, pelo presidente da assembleia, a qual estaria encarregue de pedir uma audiência ao Secretário de Estado da tutela para pessoalmente lhe exporem as razões relativas ao processo do Plano de Ordenamento do Litoral de Esposende, processo relativamente ao qual foram apresentadas diversas propostas relativamente às quais

não foi obtida qualquer resposta, tentando assim um último acordo numa matéria tão delicada para o território esposendense como esta.

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade a proposta apresentada.

## **02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: \_\_\_\_\_**

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, \_\_\_\_\_

No período da discussão do presente assunto interveio Manuel Carvoeiro cuja intervenção vai ser transcrita:

*“1. Referiu, na última sessão ordinária desta Assembleia, que estava a ler o documento “Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho de Esposende”. Volvidos dois meses, certamente já concluiu a leitura e análise do referido texto. Não acha que já era tempo de tornar público o referido estudo realizado pelo IPCA? Quando tenciona apresentar a esta Assembleia o mencionado documento?*

*2. Numa cerimónia comemorativa do dia do Município de Esposende, foi celebrado entre V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, na qualidade de Presidente da Câmara e o seu homólogo da Câmara da Povoação - Açores, um acordo de geminação. Decorridos alguns anos, que iniciativas, no contexto do mencionado acordo, foram realizadas?*

*3. Refere, na sua informação escrita, que a pedido do Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, aconteceu, no dia 15 de Fevereiro, uma reunião com accionistas da empresa Águas do Cávado, S.A., na qual o Sr. Ministro deu a conhecer a intenção do Governo em avançar com a fusão das empresas Águas do Cávado, Águas do Ave e Águas do Minho-Lima, criando a empresa Águas do Noroeste. Gostaria de saber se interveio na referida reunião e, caso afirmativo, em que sentido se pronunciou?*

*4. Sr. Presidente da Câmara, informa que foram certificados vários Serviços pela APCER, designadamente o Núcleo de Informática da Autarquia. Parabéns. No entanto, não resisto a fazer um desafio: O núcleo de Informática pode ir mais além no que concerne ao site do Município, inserindo mais conteúdos, mais interactividade, mais ligações a outros serviços/departamentos da Administração Central, Regional e Local. Também, aqui é preciso mais ambição. A ambição de apresentar uma das melhores páginas da Internet do país.”*

Durante a sua intervenção Manuel Carvoeiro apresentou dois requerimentos à Câmara Municipal, os quais serão a este órgão remetidos.

Interveio também Pedro Saleiro que questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da possibilidade, já aventada no executivo municipal, de se proceder à recolha de lixos de Sábado para Domingo, onde ela não é efectuada, pois, como explicou, muitas pessoa aproveitam o Sábado para fazer limpezas de maior vulto em suas casas, bem como para “arranjar” as campas nos Cemitérios, o que tem como consequência que, durante quase todo o fim de semana, temos muitos contentores a transbordar de lixo, com todas as consequências que isso acarreta (escorrimentos, maus cheiros e poluição visual).

Prosseguiu perguntando se a construção e manutenção de abrigos para passageiros de transportes públicos (“paragens de autocarros”) estão no âmbito das competências cometidas ao Município. Aconselhou que, em caso afirmativo, seja analisado o respectivo estado de

conservação, uma vez que muitos desses abrigos evidenciam alguma degradação, bem como a possibilidade de construção de novos abrigos, em muitos locais onde eles não existem. Sugeriu também que sejam colocados nesses locais indicações dos transportes que por lá passam, bem como os respectivos horários, tanto para a informação dos utentes habituais, com para dos ocasionais, especialmente turistas que se queiram deslocar por aqueles meios.

Seguidamente interveio o senhor Presidente prestando esclarecimentos às questões formuladas durante o período da discussão.

**03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

**03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2007 – PARA APROVAÇÃO.** -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte de Dezembro de 2007 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007. -----

**03.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.** -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida.-----

**03.03 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO - PROPOSTA.** -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de Janeiro de 2008, foi presente na Sessão proposta de contratação de empréstimo de médio/longo prazo com o Banco Santander Totta, S.A., no valor de 2.000.000,00€, cujo fim será, exclusivamente a construção de Centros Escolares. Foi ainda presente a informação sobre as condições praticadas pelas cinco Instituições Bancárias que apresentaram proposta e o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, elaborado pela Secção de Contabilidade e Controlo Orçamental deste Município. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Interveio o senhor Presidente prestando esclarecimentos relativamente ao presente assunto.

Interveio o deputado Pedro Saleiro que afirmou que a bancada socialista votará favoravelmente a contratação do empréstimo proposto, atendendo aos fins a que as verbas se destinam (construção de centros escolares), sublinhando que o PS apoia todas as políticas que

signifiquem uma melhoria do sistema educativo local e da qualificação da população concelhia.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONTRAIR UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO, PELO VALOR DE 2.000.000,00 €, CUJO FIM É A CONSTRUÇÃO DE CENTROS ESCOLARES, NOS TERMOS DA MINUTA DO CONTRATO APRESENTADO COM O QUAL SE CONCORDA. -----

**04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** \_\_\_\_\_

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo contudo verificado qualquer intervenção. -----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para que as deliberações tomadas produzam efeitos imediatos, pelo que, colocada a votação foi a mesma APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

----- E nada mais havendo a tratar, sendo vinte e três horas e quinze minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

\_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário,

\_\_\_\_\_

O Segundo Secretário,

\_\_\_\_\_